

# Torcendo pelo cinema estrangeiro

## Mil salas podem ser fechadas pelas empresas multinacionais

MARIA DO ROSARIO  
CAETANO  
Repórter Especial

Quem haveria de supor que um dia o cinema brasileiro iria torcer pela permanência do cinema estrangeiro no Brasil? Pois é isto que está acontecendo neste exato momento. Com a ameaça de empresas estrangeiras de fecharem suas filiais em cidades do interior, Embrafilme, Concine, produtores e realizadores se vêem frente a um impasse: a retirada das multinacionais do circuito interiorano poderá acarretar o fechamento de quase mil salas. Restarão, se tanto, 800 cinemas nos grandes centros urbanos.

Este é o mais alarmante dado da aguda crise que atormenta, nesta hora, o cinema brasileiro. Nos bastidores, realizadores independentes comentam: se isto acontecer, Roberto Parreira será o coqueiro do cinema nacional. Outros o defendem, lembrando que o presidente da Embrafilme faz o que pode. E culpam a crise econômica, as autoridades (o MEC ainda não tomou nenhuma medida concreta em defesa do cinema brasileiro, desde que a ministra Esther Ferraz assumiu) e o público, cada vez mais distanciado das salas (uma parcela, por causa do vício na tv e outra por total falta de recursos).

Quando, quinze dias atrás, reuniram-se no Hotel Nacional/Rio, representantes do MEC, Embrafilme, Concine, exibidores, distribuidores, técnicos, produtores e realizadores em busca de saída para a mais grave crise já registrada pela indústria cinematográfica brasileira, a situação se mostrava alarmante.

Afinal, até o dia 1º de setembro, serão, definitivamente, fechadas agências cinematográficas de distribuição (americanas) nas cidades de Curitiba e Belo Horizonte. Assim, restarão agências destas empresas no Rio, SP, Botucatu, Ribeirão Preto, Recife e Porto Alegre. Estas quatro últimas, porém, parecem estar com os dias contados.

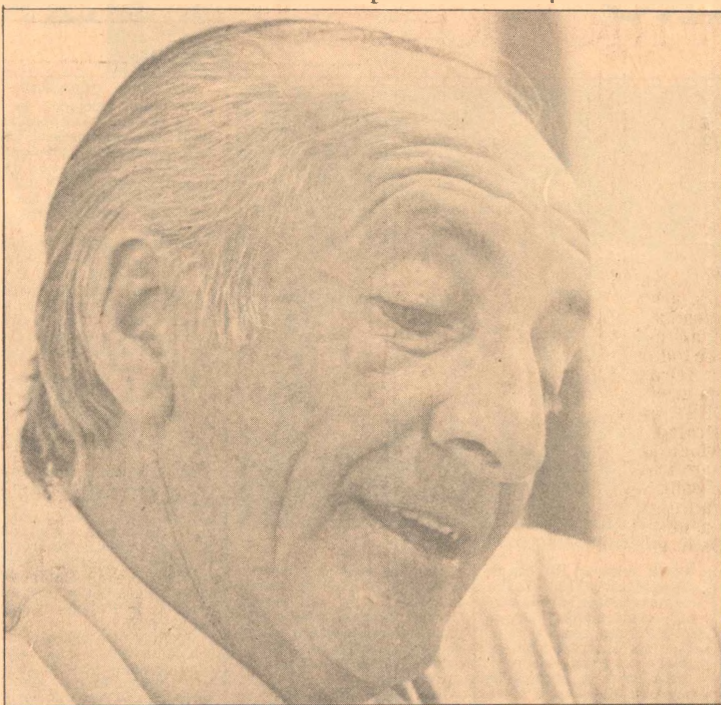
Os responsáveis pelas distribuidoras estrangeiras justificam o fechamento com os altos custos de importação de material cinematográfico e da cópiagem obrigatória no Brasil.

Se as distribuidoras estrangeiras se retirarem, conforme vêm anunciando, num primeiro momento, o País perderá 500 salas. Depois, com o desdobrar da crise, outros 500 terão mesmo destino.

Por que a rede de exibição cinematográfica do País depende tanto do cinema americano? Primeiro: porque o público, colonizado por Hollywood, não se contenta apenas com o produto nacional. Segundo: porque a dependência dos EUA acabou gerando o afastamento de nossos circuitos comerciais das cinematografias europeias, asiáticas e latino-americanas. Terceiro: o Brasil só produz para atender à faixa que lhe reserva a Lei de Obrigatoriedade: cerca de 33%. Quarto: atualmente, a produção vem caindo muito, não só no Rio de Janeiro, onde está a nave-mãe do cinema brasileiro (Embrafilme), mas também em São Paulo, maior centro produtor, graças aos filmes baratos (e grosseiros) da Boca do Lixo.

Poderíamos enumerar várias razões. Entre elas, a impossibilidade do cinema nacional penetrar nas emissoras de tv brasileiras. O Brasil, por incrível que pareça, não oferece espaço para seus próprios filmes, em sua própria tv.

Se as autoridades e os realizadores não encontrarem saída, o fim do cinema, em nosso País, será



Lauro Campos: O Brasil não pode substituir os filmes estrangeiros a curto prazo

mais rápido do que o esperado. Afinal, o Brasil tem dimensões continentais e uma rede de salas cinematográficas ridícula: 1.750, atualmente. Se lembrarmos que temos mais de três mil municípios, veremos que quase metade deles não dispõe de nenhuma sala. Se apurarmos esta estatística, veremos que em algumas cidades, como São Paulo, Rio, Brasília, há dezenas de salas. Daí, constataremos que dois terços dos municípios brasileiros não oferecem este tipo de lazer a seus habitantes.

Para se ter uma idéia da acelerada queda da indústria cinematográfica no Brasil, basta lembrar que 10 anos atrás dispúnhamos de 3.200 salas. Naquele tempo, éramos 90 milhões de brasileiros. Hoje somos 130 milhões e temos pouco mais de 1.700. Um estado bem localizado como a Bahia conta com apenas 30 salas para um total de 336 municípios. No interior de Sergipe não há nenhum cinema. Em Aracaju, apenas cinco. Imaginemos, então, a situação do Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará, Piauí, Mato Grosso. E na medida em que as salas vão-se fechando, o público vai diminuindo. Em 1975, foram vendidos 275 milhões de ingressos. Ano passado, este número caiu para 109 milhões. Este ano, "com otimismo", Parreira prevê a venda de 90 milhões de ingressos.

### DIVERSIFICAÇÃO

Geraldo Moraes, realizador de A Dificil Viagem, longa-metragem estrelado por Paulo José e Zaira Zambelli, está espantado com as dimensões da crise cinematográfica brasileira. Professor da UnB e estudioso atento do cinema nacional, ele nunca viu momento semelhante. Para ele, o ideal, neste momento, é adotar a seguinte saída: "a indústria americana quer abandonar o País? Pois que abandone. Para suprir a lacuna deixada, o Brasil aprofunda parcerias comerciais com o cinema europeu, japonês, latino-americano etc."

Isto seria possível? Com a palavra o economista e professor da UnB Lauro Campos: "Não a curto prazo".

— Por que?

Campos: "Porque ninguém altera uma ordem econômica de um momento para outro, a não ser que haja profundo interesse de mudança. Afinal, sabemos que o cinema americano domina mais de 50% do mercado nacional. A curto prazo, dificilmente alteraremos esta ordem. Os acordos comerciais do Brasil com os EUA são muito

complexos e o cinema está emaranhado no meio dos produtos comercializáveis. Se o Brasil resolver taxar o filme americano com muito rigor, os EUA responderão com taxas ainda mais pesadas para o couro. Com esta postura, como fica nossa linha de exportação de sapatos? É claro que uma quebra no fluxo comercial, de forma a permitir a entrada no País de filmes de outras nacionalidades, seria ideal. Isto, porém, só acontecerá quando ocorrerem reais modificações nas relações comerciais Brasil-EUA, que são muito desiguais. Somos uma economia-hospedeira e dominada. E público e notório que os acordos comerciais entre Brasil e EUA nos colocam em posição de total dependência." Por que os filmes brasileiros não conseguem penetrar em nossas redes de tv? O que os impede de substituir os enlatados americanos?

Para tornar seu raciocínio ainda mais claro, Lauro Campos lembra que há setores da economia que estão sob monopólio multinacional. Todos sabem que, em determinado momento, os EUA proibiram a exportação de computadores para a França, temendo que os franceses conseguissem desviar seus segredos de fabricação. O mesmo ocorreu com a Ford, na África, que foi impedida de vender carros para Cuba. Caso mais interessante é o da Ford americana, que vendeu sua fábrica para o Canadá nos anos 30. Arrepellidos, seus proprietários compraram a maioria acionária da empresa, a preços bem mais altos. Eles não podiam permitir que os canadenses desviassem o controle de uma fábrica nacional de automóveis. No caso brasileiro, o que vemos? Mesmo que tenhamos dinheiro para comprar a indústria farmacêutica estrangeira, que domina mais de 80 por cento da produção, não conseguiremos. Este tipo de indústria, que depende de know how, nenhum dinheiro compra. Outro exemplo: a indústria espacial. O Brasil até hoje não conseguiu instalar mais de 35% de Angra dos Reis. Por que? Porque não tem Know how.

E quem pode fazer frente ao poder estrangeiro? Só o Estado e a burguesia nacional, diríamos. Lauro Campos, porém, lembra que "nossa burguesia é muito frágil. Nosso maior empresário, Antônio Ermirio de Moraes, tem 54 empresas. Os grandes capitalistas alemães e americanos têm 500, 800, até mil grandes empresas".

Se atentarmos para a presença da burguesia nacional no cinema brasileiro, veremos que nossos maiores capitalistas do setor não passam de "donos de fabriquetas domésticas". Luís Carlos Barreto, tido como o maior produtor do País, possui uma empresa (a L.C. Barreto) de pequeno porte (um, no máximo dois filmes por ano), bons equipamentos, e nada mais. Barreto, como o chamam seus críticos, não é acionista majoritário de nenhuma empresa petrolífera, não domina o ramo imobiliário, não tem cadelas de cinema, nem é acionista da coca-cola. Nosso cinema, então, há que se concluir, é feito por pequenos produtores, ajudados pelo Estado.

### SOLUÇÕES

Os produtores, exibidores, realizadores e técnicos reunidos no Rio de Janeiro acreditam em soluções capazes de tirar o cinema brasileiro do buraco ao qual foi arremessado. Eis algumas das sugestões levantadas no conforto cinco estrelas do Hotel Nacional (brasileiro, mesmo em crise, faz questão de desfrutar do melhor):

1. Aumento da fiscalização nos cinemas, para evitar evasão de divisas.
2. Pesquisa para definir o perfil do espectador brasileiro.
3. Proibição de exibição do longa-metragem estrangeiro na televisão, antes de vencer seu primeiro certificado de censura, válido por cinco anos.
4. Reserva de mercado para o filme brasileiro na tv.
5. Isenção de taxações sobre as salas exibidoras (ISS, Imposto Predial, taxas de alvarás).
6. Facilidades para reaparelhamento de cinemas antigos e fomento à criação de novos.
7. Exibição facultativa de cinejornais.
8. Reativação do acervo cinematográfico de longa metragem da Embrafilme e distribuidoras brasileiras para abastecer o circuito de segunda linha (cinema do interior). Para tal, revaliar certificados já vendidos de filmes nacionais.
9. Instalação, pelo Governo, de circuito em 16mm em todos os municípios do País, onde não funcionem cinemas convencionais, destinados exclusivamente ao cinema brasileiro.
10. Modernização da Embrafilme e do Concine (Conselho Nacional de Cinema).
11. A receita da Embrafilme, proveniente do ingresso padronizado, da remessa de lucro das empre-

sas estrangeiras e da taxa-ção de cada título internacional que chega a nosso mercado, deverá ser totalmente ocupada com a produção e comercialização de filmes. A folha de pagamento de pessoal da empresa (que lhe devora mais de um terço do orçamento) deverá passar para o MEC.

12. Destinar 15% dos recursos da empresa para o Centrocine (Centro de Produção Cinematográfica). A este centro caberá o fomento do filme "cultural" (documentários, filmes científicos etc.).

13. Montar um banco de filme virgem ou, preferencialmente, uma fábrica de filme nacional.

14. Isenção de impostos para importação de produtos destinados à indústria cinematográfica.

### PLANO DIABÓLICO

Nenhuma das sugestões levantadas pelos participantes da reunião é nova. Na última década, todos estes assuntos foram abordados em documentos e listas de sugestões de entidades cinematográficas de representação sindical. A única diferença é que, agora, o secretário-geral do MEC, Sérgio Pasquali, diz-se interessado, diretamente, no assunto. Sendo Pos qual um secretário forte (e diretamente ligado ao ex-ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig), pode ser que alguma solução paliativa seja efetuada. Não podemos nos esquecer que nestes oito meses que precedem a posse do novo presidente da República (marcada para março/85) nenhum governante, a não ser num rompante de coragem, tomará qualquer atitude definitiva e de enfrentamento. Além do mais, o País está sob a tutela do Fundo Monetário Internacional. Isto é o que se pode definir como um momento delicado.

Para provar que não quer ser o coqueiro do cinema nacional, Parreira está se mexendo. Administrador hábil, ele já mandou seu recado a Harry Stone, embaixador de Hollywood no Brasil: "se as distribuidoras americanas fecharem suas filiais, que abastecem os cinemas do interior, para jogar seus filmes na tv, eleita mercado prioritário, nós iremos triplicar a taxa-ção do filme estrangeiro destinado a este veículo".

Harry Stone, enquanto isto, passeia por Brasília e ocupa as colunas sociais. Ao Jornal do Brasil, ele declarou: "Altos custos de impostos e obrigação de cópiagem aqui, entre outros itens, deestimulam o setor. Vamos, por isto, intensificar a presença do brasileiro na televisão. Ao cinema do interior serão destinados apenas os sucessos comerciais garantidos, como E.T. ou Caçadores da Arca Perdida. Filmes artísticos dificilmente chegarão às cidades pequenas".

Ao que tudo indica o "plano diabólico" das empresas cinematográficas dos EUA vai dar certo. Quem, sob a tutela do FMI, ousar impor regras e taxações ao cinema estrangeiro, nesta hora?

Será que o melhor, neste momento, não é acelar a outrora tão ansiada "retirada do vilão", e reativar acordos comerciais com distribuidoras francesas (está à la Gaumont, a postos), italianas, japonesas, alemãs e, principalmente, latino-americanas? A Embrafilme tem, inclusive, projeto de trabalho com suas coirmãs do continente, México, Venezuela, Peru, etc. comprariam nossos filmes e em troca, nós compraríamos os deles. Hora melhor para desengavetar este projeto não há.